
DAWSON, Allan Charles. *In light of Africa: globalizing blackness in northeast Brazil*. Toronto: University of Toronto Press, 2014. 198 p.

Gabriel Banaggia*

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

Com o tom sardônico que lhe é característico, Marshall Sahlins (1993) escreveu certa vez que alguns povos têm toda sorte do mundo: porque enquanto as tradições inventadas por europeus costumam ser vistas como um renascimento cultural genuíno, as de outros povos são lidas como sinais de decadência, como recuperações artificiais que seriam capazes de gerar apenas simulacros de um passado morto – e que se procura assim igualmente enterrar. O livro *In light of Africa: globalizing blackness in northeast Brazil*, de Allan Charles Dawson, se inscreve numa já demasiadamente longa tradição que corrobora o diagnóstico de Sahlins, para azar das populações afro-brasileiras.

In light of Africa é baseado em pesquisa conduzida entre 2003 e 2006, com um breve retorno em 2011, primeiro na África Ocidental (na Nigéria, no Benim e em Gana, em cinco cidades diferentes) e depois no nordeste do Brasil (nos municípios baianos de Salvador e Bom Jesus da Lapa). Sua proposta teórica busca se distanciar da verificação das origens e sobrevivências culturais de africanos escravizados e seus descendentes nas Américas, centrando-se no trabalho retórico e ideológico que discursos sobre a África desempenham para as identidades étnicas negra e brasileira. A obra procura demonstrar que, assim como nos EUA, no Brasil as comunidades da diáspora africana de fato não possuem a identidade étnica coerente e unitária que professam, já que seus posicionamentos políticos confundem a noção de uma história unitária com a postulação de um mesmo ponto de origem cultural. Tanto raça como outras identidades étnicas, afirma o livro, são construídas situacionalmente em relação a outros indivíduos, coletivos e a sociedade mais ampla, num processo dinâmico que ocorre em resposta a contextos sociais específicos, que podem envolver racismo, preconceito e marginalização.

* Em pós-doutoramento. Contato: gbanaggia@gmail.com

A obra apresenta como ponto de partida o argumento de que no Brasil a negritude – num processo globalizado que envolve viagens pelo Atlântico e no qual antropólogos têm sido figuras fundamentais – se configurou num discurso que se baseia numa identidade africana primordializada e generalizada. Essa identidade, de acordo com o livro, afirma-se como iorubá de maneira ilusória, posto que as populações que a mobilizam não se organizam, no que se refere a parentesco, chefia política e outros aspectos da vida cotidiana, como fazem os habitantes de uma aldeia iorubá: esses coletivos deveriam assim ser entendidos antes de tudo como brasileiros. Os problemas da postura identitária essencializante, afirma a obra, são o transplante de noções de pureza a grupos étnicos que não as possuem, a criação de tipos africanos idealizados e a imposição indiscriminada dessas construções de identidade, contribuindo no limite para a manutenção do racismo, da intolerância e para a criação de novas formas de hegemonia.

Há assim uma questão prévia que orienta toda a análise, a saber, a averiguação de formas alternativas de identidade negra que não passam pela afirmação da “africanidade”. De modo a respondê-la, a pesquisa que embasa o livro foi elaborada como uma empreitada etnográfica multissituada, distanciando-se propositalmente de coletivos vistos como defensores tradicionais de uma negritude incontornavelmente iorubanizada, como os grandes terreiros de candomblé e blocos afro de Salvador. Um dos efeitos dessa opção inicial é que a investigação prescinde de vivência em profundidade e de observação participante, fazendo com que os dados empíricos mobilizados para sustentar as conclusões do livro resultem sobretudo de entrevistas não estruturadas e enquetes, somadas a impressões pessoais do autor. Não surpreendentemente, a maior parte dos exemplos etnográficos do trabalho deriva de situações turísticas – de interações com comerciantes à presença em espetáculos musicais – e de outras manifestações consideradas representativas da sociedade brasileira, como programas televisivos, incluindo novelas, e o Carnaval.

No intuito de não reificar categorias que não existem mais e que talvez jamais tenham existido, a pesquisa procedeu fundamentalmente contrastando as ilusões dos informantes, como afirma a obra, com as certezas do pesquisador, adquiridas com a literatura sobre a África e com realização de pesquisa de campo no continente. Esse método explica igualmente o uso frequente das aspas e de expressões de ceticismo (“os nativos alegam que...”) quando o texto se refere a afirmações consideradas essencializantes feitas pelos pesquisados.

De modo a explicá-las, o livro recorre à lógica do mercado, como evidencia o uso abundante de expressões como mercantilização da africanidade, empresários de identidade, corretores de cultura, partes interessadas, bancos de símbolos, recursos simbólicos, reservas de autenticidade, credibilidade no mercado religioso competitivo, negociantes de negritude, garantias simbólicas adicionais. Jamais esmiuçadas, essas ideias estabelecem uma linguagem analítica favorecida pelo viés da pesquisa e muitas vezes refutada pelas próprias pessoas entrevistadas, que confrontam o pesquisador quando se sentem por ele desautorizadas nos diálogos que travaram.

Diante disso, não é surpreendente que no livro só haja uma menção ligeira tanto aos estudos pós-coloniais quanto à antropologia pós-moderna, feita para despachar ambos como menos interessantes do que uma autoantropologia que se destine a lidar com os efeitos da própria produção acadêmica na realidade em análise. Essa opção tem por efeito monopolizar a reflexividade, apresentando nativos que enganam tanto os outros quanto a si próprios: por mais que afirmem pertencimentos e conexões com a África, a obra continuamente os enquadra como brasileiros relutantes em assumir sua identidade nacional, marcada pelo texto como a única que seria legítima. Fecha-se assim um círculo de culpabilização dos oprimidos: na visão do autor, em vez de servir de arma no combate contra a pobreza, elencada como o verdadeiro problema a combater, a referência à África e a luta contra o racismo só fariam congelar a população negra, por mais que tentem unificá-la em torno de uma mesma bandeira.

O livro tem ainda alguns erros factuais graves, como afirmar que o antropólogo e militante Edison Carneiro era branco, que o catolicismo não chegou a ser uma religião oficial no Brasil (ele o foi até 1890), e que a obra de Beatriz Dantas *Vovó nagô e papai branco*, de 1988, tem por objetivo verificar sobrevivências africanas (quando, ao contrário, seu argumento é na verdade muito parecido com o de Dawson). Mas a principal limitação de *In light of Africa* é sua perspectiva eminentemente instrumentalista. Seu argumento precisa supor que os construtos culturais de que fala são de todo contingentes e livremente manipuláveis, como se estivessem disponíveis numa reserva que não gera praticamente nenhum constrangimento à sua utilização. Essa visão se soma a um desdém de princípio pela memória das populações em estudo, deixada de lado no afã de evitar a verificação de sobrevivências africanas. Como resultado, em vez de apresentar a diversidade de vozes que propôs, o livro termina

por misturar diferentes formas de etnocentrismo, apresentando-as como se fossem a mesma ao sugerir que coletivos minoritários só podem se organizar como fazem os majoritários: de forma excludente. Ao estender seu argumento bem além do que os dados apresentados sugerem – e mesmo contra eles e sob protesto explícito de seus interlocutores –, o trabalho acaba vítima de um positivismo unilateral que descarta deliberadamente os pontos de vista mais interessantes de toda interlocução antropológica: os que não advêm do universo do pesquisador e de suas próprias convicções.

Referência

SAHLINS, M. *Waiting for Foucault, still*. Cambridge: Prickly Pear Press, 1993.